



# demonstrações financeiras

**31 de Dezembro de 2025**  
com relatório dos  
Auditores Independentes  
Nire: 43300011127  
CNPJ: 88.076.302/0001-94

Via  ap

## SENHORES ACIONISTAS

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias vigentes, submetemos à apreciação as demonstrações contábeis relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas das notas explicativas, apresentadas na forma da Legislação Societária, bem como das normas e instrumentos provenientes do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). O exercício de 2025 foi marcado por crescimento relevante das operações, acompanhado do fortalecimento da estrutura de governança, controles internos e gestão de riscos, refletindo a estratégia da Companhia de expandir suas atividades de forma sustentável, prudente e aderente ao arcabouço regulatório vigente.

## AMBIENTE OPERACIONAL E ESTRATÉGIA

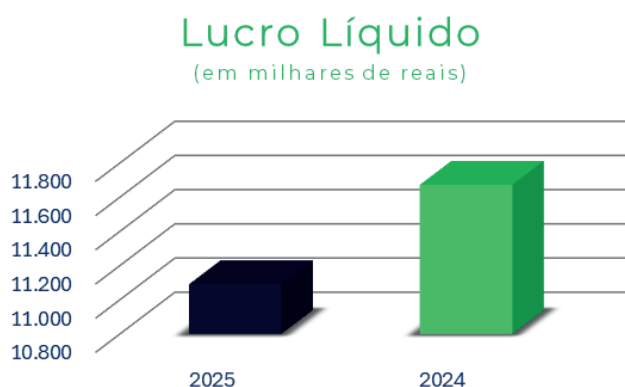
Ao longo de 2025, a Via Capitalização consolidou sua atuação no mercado de títulos de capitalização, com ênfase em modelos de distribuição digitais e parcerias comerciais, ampliando sua base de clientes e a capilaridade de seus produtos. Esse movimento ocorreu em um ambiente de maior escrutínio regulatório e institucional, especialmente no que se refere a práticas comerciais, publicidade, conduta de parceiros e governança operacional. Diante desse contexto, a Companhia adotou uma postura estratégica baseada em três pilares fundamentais: • Crescimento com controle, priorizando escala acompanhada de mecanismos robustos de monitoramento; • Aprimoramento contínuo da governança, com revisão de processos, políticas e estruturas decisórias; • Gestão ativa de riscos, alinhada às melhores práticas prudenciais exigidas pela SUSEP e pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

## DESEMPENHO OPERACIONAL

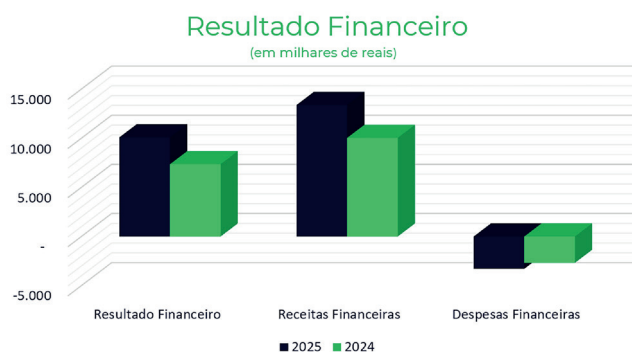
A expansão das operações em 2025 esteve associada, principalmente, à diversificação dos canais de distribuição e ao uso intensivo de plataformas digitais, o que permitiu maior eficiência operacional e alcance comercial. Paralelamente, a Companhia promoveu aperfeiçoamentos relevantes nos controles aplicáveis aos parceiros comerciais, incluindo revisão de contratos e cláusulas de responsabilidade, fortalecimento dos processos de aprovação e monitoramento de campanhas e implementação de mecanismos adicionais de acompanhamento de conduta e conformidade. Essas medidas tiveram como objetivo assegurar que o crescimento observado estivesse alinhado aos princípios de transparência, integridade e aderência regulatória.

## DESEMPENHO ECONÔMICO - FINANCEIRO

A Via Capitalização S.A. apresentou em 2025 um lucro líquido de R\$ 11.092mil (R\$ 11.672mil em 2024), uma redução de 4,98% em relação ao mesmo período do exercício anterior, conforme demonstrado no gráfico abaixo.



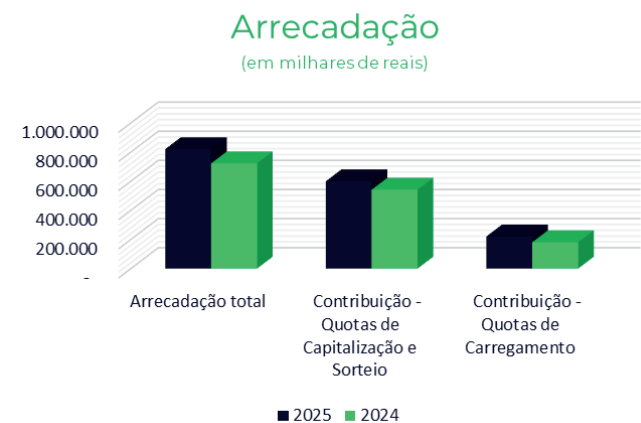
O resultado financeiro totalizou no exercício R\$ 10.089mil (7.353mil em 2024), um crescimento de 37,21% em relação ao exercício anterior, onde a receita financeira aumentou 33,36% e a despesa financeira 22,81%.



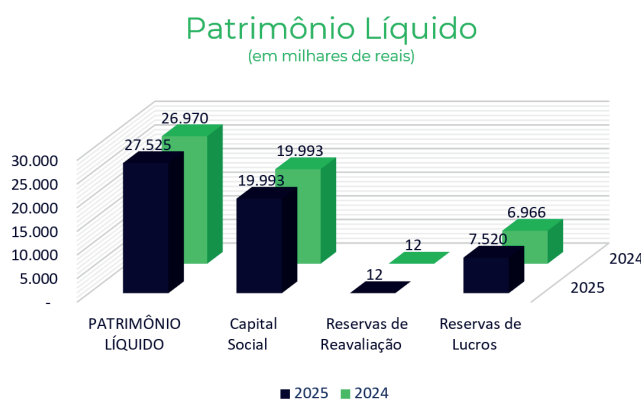
As provisões técnicas de capitalização aumentaram 10,18%, R\$ 63.961 mil em 2025 (R\$ 58.053 mil em 2024).



A arrecadação totalizou R\$ 820.174mil (R\$ 722.115mil em 2024) teve um crescimento de 13,58% ao comparar com exercício anterior.



E o patrimônio líquido apresentou um aumento de 2,06% sendo R\$ 27.525mil no exercício (R\$ 26.970mil em 2024), somente ajustando os processos e realinhado o planejamento estratégico.



## GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

A Companhia mantém uma estrutura de gestão de riscos compatível com a natureza, complexidade e escala de suas operações, adotando abordagem baseada em risco. Durante 2025, foram promovidos aprimoramentos relevantes nos seguintes aspectos, mapeamento e reavaliação periódica dos riscos operacionais, regulatórios, financeiros e de conformidade, reforço dos controles internos associados aos processos críticos e maior integração entre as áreas operacional, financeira, compliance e auditoria. Essas iniciativas visaram garantir resiliência operacional, mitigação de riscos relevantes e aderência contínua às exigências regulatórias.

## GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Via Capitalização adota práticas de governança corporativa alinhadas às diretrizes regulatórias e às melhores práticas de mercado, com estruturas claras de responsabilidade, segregação de funções e tomada de decisão. Em 2025, a Companhia avançou no fortalecimento de sua governança por meio de revisão e atualização de políticas internas, aprimoramento dos fluxos de reporte à Administração, reforço do papel das instâncias de controle e supervisão.

## SUSTENTABILIDADE E ASPECTOS ESG

Em consonância com a Circular SUSEP nº 666/2022, a Companhia vem incorporando gradualmente princípios de sustentabilidade e responsabilidade socioambiental em sua estratégia e em seus processos de gestão de riscos. As iniciativas implementadas consideram aspectos ambientais, sociais e de governança (ESG), de forma proporcional à realidade operacional da Companhia, com foco na perenidade dos negócios e na criação de valor de longo prazo.

## PROTEÇÃO DE DADOS E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

A Via Capitalização trata a proteção de dados pessoais como tema estratégico, mantendo práticas alinhadas à Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD (Lei nº 13.709/2018). Durante o exercício, a Companhia deu continuidade ao fortalecimento de sua governança de privacidade e segurança da informação, incluindo controles técnicos, organizacionais e contratuais, com foco na proteção dos dados de clientes, parceiros e colaboradores.

## PREVENÇÃO À LAVAGEM DE DINHEIRO

A Companhia mantém política e procedimentos de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo, em conformidade com a Circular SUSEP nº 612/2020. Em 2025, foram reforçados os processos de avaliação de risco, os mecanismos de monitoramento de operações, os controles aplicáveis a parceiros e terceiros e os programas de treinamento e conscientização. Esses processos estão inseridos nas rotinas operacionais e fazem parte do Sistema de Controles Internos da Companhia.

## POLÍTICA DE EQUIDADE

Em atendimento ao § 6º do art. 133 da Lei nº 6.404/1976, a Via Capitalização S.A. observa práticas de equidade na composição de seus quadros de liderança e administração, com base em critérios técnicos e meritocráticos. No exercício findo, a estrutura organizacional da Companhia apresenta 50% dos cargos de coordenação ocupados por mulheres; nos cargos de gerência, 3 (três) das 5 (cinco) posições são ocupadas por mulheres; e, na Diretoria Executiva, composição paritária, com 50% dos cargos ocupados por mulheres. A Companhia seguirá, ao longo de 2026, aperfeiçoando suas práticas e políticas de equidade, acompanhando a evolução desses indicadores, em consonância com a legislação societária vigente.

## CAPITAL MÍNIMO - RESOLUÇÃO CNSP Nº 432/2021

A Companhia manteve, ao longo de todo o exercício de 2025, níveis de Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) superiores ao Capital Mínimo Requerido (CMR), em conformidade com a Resolução CNSP nº 432/2021, demonstrando solidez financeira e capacidade de honrar seus compromissos. A política de investimentos permaneceu alinhada à estratégia de gestão de ativos e passivos, observando critérios de liquidez, segurança e rentabilidade, bem como a regulamentação aplicável.

## DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE FINANCEIRA

Em atenção à Circular SUSEP nº 648/2021 (alterada pela Circular SUSEP 678/2022), declaramos que a Companhia possui capacidade financeira compatível com as suas operações e intenção de manter os títulos classificados na categoria "disponível para negociação".

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a visão voltada para o futuro, a Via Capitalização S.A. encerra o exercício com bases sólidas para um novo ciclo de crescimento. Para 2026, a Companhia estabelece como diretriz estratégica a ampliação e diversificação de seu portfólio de produtos, com a expansão da atuação para outras modalidades de títulos de capitalização, incluindo incentivo e instrumentos de garantia, ampliando sua presença em diferentes segmentos de mercado. Essa estratégia tem como objetivo alcançar maior participação de mercado, fortalecer o posicionamento da marca e expandir sua atuação para novos públicos, preservando os princípios de prudência, conformidade regulatória e sustentabilidade que norteiam as decisões da Administração. A diversificação de produtos e canais permitirá maior equilíbrio operacional e mitigação de riscos, ao mesmo tempo em que amplia as oportunidades de geração de valor. A Companhia seguirá investindo no fortalecimento de sua marca, na eficiência de seus processos e na evolução de seus modelos de negócio, sempre alinhada às melhores práticas de governança corporativa, gestão de riscos e responsabilidade socioambiental. A Administração agradece a confiança de seus clientes, o diálogo institucional permanente com os órgãos reguladores, e o comprometimento de seus colaboradores e parceiros. Com esses esforços integrados, a Via Capitalização se prepara para consolidar sua trajetória de crescimento sustentável e construir resultados consistentes nos próximos exercícios.

A direção.

**Balancos Patrimoniais**  
**Em 31 de dezembro de 2025 e 2024**  
*(Valores expressos em milhares de reais)*

Ativo	Notas	2025	2024
<b>Ativo Circulante</b>		<b>103.424</b>	<b>100.345</b>
<b>Disponível</b>		<b>1.577</b>	<b>5.297</b>
Caixa e Bancos	5	1.577	5.297
<b>Aplicações</b>	<b>6</b>	<b>83.535</b>	<b>73.907</b>
<b>Créditos das Operações de Capitalização</b>	<b>7</b>	<b>12.540</b>	<b>14.100</b>
Créditos das Operações de Capitalização		18.110	19.245
(-) Redução ao valor recuperável		(5.570)	(5.145)
<b>Títulos e Créditos a Receber</b>		<b>5.411</b>	<b>6.900</b>
Títulos e Créditos a Receber	8	2.343	2.879
Créditos Tributários e Previdenciários	9	854	213
Depósitos Judiciais e Fiscais	10	-	1.990
Outros Créditos	11	2.214	1.818
<b>Outros Valores e Bens</b>	<b>26</b>	<b>241</b>	<b>37</b>
<b>Despesas Antecipadas</b>		<b>120</b>	<b>104</b>
<b>Ativo Não Circulante</b>		<b>15.275</b>	<b>9.016</b>
<b>Realizável A Longo Prazo</b>		<b>2.314</b>	<b>773</b>
<b>Títulos e Créditos a Receber</b>		<b>2.314</b>	<b>79</b>
Depósitos Judiciais e Fiscais	10	2.314	79
<b>Outros Valores e Bens</b>	<b>26</b>	<b>-</b>	<b>694</b>
<b>Investimentos</b>	<b>12a</b>	<b>2.593</b>	<b>2.663</b>
Imóveis Destinados a Renda		2.271	2.341
Outros Investimentos		322	322
<b>Imobilizado</b>	<b>12b</b>	<b>5.538</b>	<b>5.495</b>
Imóveis de Uso Próprio		4.220	4.353
Bens Móveis		1.318	1.142
<b>Intangível</b>	<b>12b</b>	<b>4.830</b>	<b>85</b>
<b>Total do Ativo</b>		<b>118.699</b>	<b>109.361</b>
<b>Passivo</b>	Notas	<b>2025</b>	<b>2024</b>
<b>Passivo Circulante</b>		<b>89.430</b>	<b>79.424</b>
<b>Contas a Pagar</b>	<b>13</b>	<b>12.539</b>	<b>6.373</b>
Obrigações a Pagar		9.542	1.063
Impostos e Encargos Sociais a Recolher		1.659	2.398
Encargos Trabalhistas		329	257
Financiamentos	20	725	866
Impostos e Contribuições		195	1.700
Outras Contas a Pagar		89	89
<b>Débitos c/ Operações de Capitalização</b>	<b>14</b>	<b>1.851</b>	<b>3.017</b>
<b>Depósitos de Terceiros</b>	<b>15</b>	<b>10.794</b>	<b>11.049</b>
<b>Provisões Técnicas - Capitalização</b>	<b>16</b>	<b>63.961</b>	<b>58.053</b>
Provisão para Resgates		42.670	46.268
Provisão para Sorteio		20.908	11.423
Provisão p/ Receitas Diferidas		383	362
<b>Outros Débitos</b>	<b>26</b>	<b>285</b>	<b>932</b>
<b>Passivo Não Circulante</b>		<b>1.744</b>	<b>2.967</b>
<b>Contas a Pagar</b>	<b>20</b>	<b>1.537</b>	<b>2.262</b>
Financiamentos		1.537	2.262
<b>Outros Débitos</b>		<b>207</b>	<b>705</b>
Provisões Judiciais	19	207	11
Débitos Diversos	26	-	694
<b>Patrimônio Líquido</b>		<b>27.525</b>	<b>26.970</b>
Capital Social	21	19.993	19.993
Reservas de Reavaliação		12	12
Reservas de Lucros		7.520	6.965
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>118.699</b>	<b>109.361</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações do Resultado

### Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2025	2024
<b>Receita Líquida c/ Títulos de Capitalização</b>		<b>820.152</b>	<b>721.754</b>
<b>Contribuição c/ Títulos de Capitalização</b>	<b>3 g</b>	<b>820.174</b>	<b>722.115</b>
Contribuição - Quotas de Capitalização e Sorteio		599.520	541.567
Contribuição - Quotas de Carregamento		220.654	180.548
Variação da Receita Diferida - Títulos de Capitalização		(22)	(361)
<b>Variação das Provisões de Resgates</b>	<b>16c</b>	<b>(366.251)</b>	<b>(326.872)</b>
<b>Variação da Provisão de sorteios</b>	<b>16c</b>	<b>(305.480)</b>	<b>(281.425)</b>
<b>Custo de Aquisição</b>	<b>18a</b>	<b>(121.389)</b>	<b>(92.356)</b>
<b>Outras Despesas e Receitas Operacionais</b>	<b>18b</b>	<b>6.097</b>	<b>10.903</b>
Outras Receitas Operacionais		6.843	11.413
Outras despesas Operacionais		(746)	(510)
<b>Despesas Administrativas</b>	<b>18c</b>	<b>(17.300)</b>	<b>(12.480)</b>
Pessoal Próprio		(5.205)	(4.699)
Serviços de Terceiros		(4.196)	(2.932)
Localização e Funcionamento		(6.356)	(4.151)
Publicidade e Propaganda		-	(2)
Publicações		(109)	(93)
Donativos e Contribuições		(139)	(434)
Despesas Adm. Diversas		(1.295)	(169)
<b>Despesas c/ Tributos</b>	<b>18d</b>	<b>(7.635)</b>	<b>(6.200)</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>18e</b>	<b>10.089</b>	<b>7.353</b>
Receitas Financeiras		13.381	10.034
Despesas Financeiras		(3.292)	(2.681)
<b>Resultado Patrimonial</b>	<b>18f</b>	<b>(309)</b>	<b>(354)</b>
Despesas c/ Imóveis de Renda		(309)	(354)
<b>(=) Resultado Operacional</b>		<b>17.974</b>	<b>20.323</b>
(+) Ganhos Ou Perdas Com Ativos Não Correntes		46	-
<b>(=) Resultado Antes Dos Impostos E Participações</b>		<b>18.020</b>	<b>20.323</b>
(-) Imposto de Renda	<b>25</b>	(4.202)	(5.290)
(-) Contribuição Social	<b>25</b>	(2.536)	(3.192)
(-) Participações s/ o Lucro		(190)	(169)
<b>(=) Lucro Líquido</b>		<b>11.092</b>	<b>11.672</b>
(/) Quantidade De Ações		2.085.532,00	2.085.532
<b>(=) Lucro Líquido Por Ação</b>		<b>5,32</b>	<b>5,60</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações dos Resultado Abrangentes

### Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	2025	2024
<b>Lucro líquido</b>	<b>11.092</b>	<b>11.672</b>
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>Resultado abrangente total</b>	<b>11.092</b>	<b>11.672</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

### Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

Notas	Capital social integralizado		Reava- liação	Reserva		Resultado do exercício	Total
	Capital Social	Aumento de Capital em aprovação da SUSEP		Reserva Estatutária	Reserva legal		
Saldos em 31 de dezembro de 2023	19.993	-	12	-	-	(2.698)	17.307
Resultado Líquido do exercício	-	-	-	-	-	11.672	11.672
Proposta p/ Distribuição do Resultado	-	-	-	6.495	470	(8.974)	(2.009)
Reserva estatutária	-	-	-	6.495	-	(6.495)	-
Dividendos	-	-	-	-	-	(2.437)	(2.437)
Reserva Legal	-	-	-	-	470	(470)	-
Reversão PDA	-	-	-	-	-	428	428
Saldos em 31 de dezembro de 2024	19.993	-	12	6.495	470	-	26.970
Resultado Líquido do exercício	-	-	-	-	-	11.092	11.092
Proposta p/ Distribuição do Resultado	-	-	-	-	555	(11.092)	(10.537)
Reserva estatutária	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos	-	-	-	-	-	(10.537)	(10.537)
Reserva Legal	-	-	-	-	555	(555)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	19.993	-	12	6.495	1.025	-	27.525

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstrações dos Fluxos de caixa - Método Indireto**  
**Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024**  
*(Valores expressos em milhares de reais)*

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
<b>Lucro Líquido do Exercício</b>	<b>11.092</b>	<b>11.672</b>
Ajustes para:	-	-
Depreciação e Amortização	2.236	316
Redução ao Valor Recuperável de Ativos	583	336
Outros ajustes (Alienação imobilização)	(45)	429
<b>Varição nas Contas Patrimoniais:</b>	<b>197</b>	<b>(5.000)</b>
Ativos Financeiros	(9.628)	28.882
Créditos das Operações de capitalização	164	(3.228)
Créditos Fiscais e Previdenciários	(640)	(86)
Depósitos Judiciais e Fiscais	(245)	(603)
Despesas Antecipadas	(16)	(20)
Outros Ativos	621	(2.059)
Impostos e Contribuições	6.088	7.269
Outras Contas a Pagar	1.364	429
Débitos de Operações de Capitalização	(1.167)	(1.363)
Depósitos de Terceiros	(255)	5.076
Provisões Técnicas - Capitalização	5.908	(37.495)
Outros Passivos	(2.146)	(1.813)
Contingências	149	11
<b>Caixa Proveniente das Operações</b>	<b>14.063</b>	<b>7.753</b>
Juros Pagos	(172)	559
Juros Recebidos	814	-
Recebimentos de Dividendos e JSCP	8	5
Impostos s/ o Lucro Pagos	(8.333)	(7.518)
<b>Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais</b>	<b>6.380</b>	<b>799</b>
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
Pagamento pela Compra:		
Investimentos	-	(310)
Imobilizado	(248)	(4.636)
Intangível	(1.943)	(17)
<b>Caixa Líquido Aplicado nas Atividdes de Investimento</b>	<b>(2.191)</b>	<b>(4.963)</b>
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
Distribuição de Dividendos e JSCP	(7.043)	(2.000)
Aquisições de Empréstimos	-	5.192
Pagamento de Empréstimos (Exceto Juros)	(866)	-
<b>Caixa Líquido Proveniente das / (Aplicado nas) Atividades de Financiamento</b>	<b>(7.909)</b>	<b>3.192</b>
<b>Varição líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>(3.720)</b>	<b>(972)</b>
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício</b>	<b>5.297</b>	<b>6.269</b>
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício</b>	<b>1.577</b>	<b>5.297</b>
<b>Varição líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>(3.720)</b>	<b>(972)</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

## Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

### 1. Contexto operacional

A **Via Capitalização S.A. (Companhia)**, controlada pela NW Administração e Participações S/A, é uma sociedade anônima de capital fechado, está inscrita sob o CNPJ no 88.076.302-0001/94, com sede na Av. Carlos Gomes, no 222, Conj. 901, Bairro Auxiliadora, na Cidade de Porto Alegre – RS, autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), em 07 de junho de 1996, para atuar na área de capitalização, bem como participar em outras empresas. A NW Administração e Participações S.A., possui 100% do capital social da Companhia. A Companhia atua no segmento de capitalização nas seguintes modalidades: Tradicional, Instrumento de Garantia, Popular, Incentivo e Filantropia Premiável em todo o território Nacional. O exercício de 2025, foi marcado pelo crescimento no market share na modalidade Filantropia Premiada, especialidade da Via Capitalização S.A., de acordo com o novo posicionamento estratégico da Companhia, vislumbrou-se um nicho de mercado, ainda não explorado pela concorrência, e de forma pioneira, foi criado um produto denominado “influencers”, totalmente digital, com alcance nacional e para os mais variados tipos de consumidores. Foram reformulados, na sua totalidade, seus processos de gestão e de tecnologia, na qual o foco é no crescimento e desenvolvimento de seus produtos com intuito de entregar ao mercado uma Companhia muito mais eficiente e totalmente digital. Em 10 de setembro de 2020, foi emitida pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) a Resolução nº 388 com entrada em vigor em 1º de outubro de 2020 e que iniciaram seus efeitos a partir de 04 de janeiro de 2021, onde o objetivo foi estabelecer a segmentação das sociedades seguradoras, sociedades de capitalização, resseguradores locais e entidades abertas de previdência complementar (EAPCs) para fins de aplicação proporcional da regulação prudencial. Com base na referida resolução, as supervisionadas foram classificadas em uma de quatro categorias: Segmento 1 (S1); Segmento 2 (S2); Segmento 3 (S3); ou Segmento 4 (S4). A classificação tem como base critérios os prêmios anuais, provisões técnicas e perfil de risco. Em 27 de setembro de 2024, a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) divulgou o enquadramento definitivo atualizado para fins de segmentação e a Via Capitalização S.A. se manteve enquadrada no Segmento 3 (S3). Em 10 de outubro de 2022, foi emitida a Circular Susep nº 678 que altera a Circular Susep nº 648, de 12 de novembro de 2021, e revoga dispositivo da Circular Susep nº 439, de 27 de junho de 2012. Passando a vigorar em 02 de janeiro de 2023, para o art.2º; e em 02 de janeiro 2024, para os demais artigos. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria em 24 de fevereiro de 2026.

### 2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

- a) Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), conjugadas com as normas emitidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), recepcionados pela SUSEP no que não contrariem a Circular Susep nº 648/2021 e alterações posteriores.
- b) Estimativas e julgamentos:** Essas demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as normas homologadas pela SUSEP, ao qual exige que a Administração registre determinados valores de ativos, passivos, receitas e despesas com base em estimativas, as quais são estabelecidas a partir de julgamentos e premissas quanto a eventos futuros. Os valores reais de liquidação das operações podem divergir dessas estimativas em função da subjetividade inerente ao processo de sua determinação.
- c) Comparabilidade:** As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas de forma comparativas com exercícios anteriores, conforme disposições do CPC nº 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações financeiras – emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e instruções do órgão regulador. Para o balanço patrimonial, utilizam-se informações constantes no período imediatamente precedente (31 de dezembro de 2024).
- d) Continuidade:** A administração avaliou as operações da Companhia e concluiu que a mesma possui recursos suficientes para operar. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade da Companhia em continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio.
- e) Moeda funcional:** As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e todas as informações estão expressas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. A Companhia não possui ativos e/ou passivos monetários, denominados em moeda estrangeira na data do fechamento do balanço.

### 3. Resumo das principais práticas contábeis materiais

As principais práticas contábeis materiais adotadas na elaboração destas demonstrações, bem como das estabelecidas por resoluções do CNSP e Circulares da SUSEP, estão apresentadas a seguir:

- a) Caixa e equivalente de caixa – Disponível:** São definidas como caixa e equivalentes de caixa, as contas correntes em bancos e as aplicações financeiras, resgatáveis cujo vencimento das operações seja igual ou inferior a 90 dias, entre a data da aquisição e o vencimento sendo um risco muito pequeno de mudança de seu valor de mercado e que não afetam a vinculação com os ativos garantidores.
- b) Instrumentos financeiros:** Ativos e Passivos financeiros. Todos os ativos e passivos financeiros, devem ser reconhecidos no Balanço Patrimonial e mensurados de acordo com a forma como a entidade faz a gestão de seus instrumentos financeiros e as características de seus fluxos de caixa. Ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo e subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo. • **Custo Amortizado:** utilizada quando os ativos financeiros são administrados para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros. • **Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes:** utilizada quando os ativos financeiros são mantidos tanto para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros, quanto para a venda. • **Valor Justo por meio do Resultado:** utilizada para ativos financeiros que não atendem os critérios descritos acima. As compras e as vendas regulares de ativos e passivos financeiros são reconhecidas e baixadas, respectivamente, na data de negociação. Os títulos públicos, conforme estudo efetuado pela Companhia, são considerados ativos financeiros com baixo risco de crédito. A classificação dentre as categorias é definida pela Administração no momento inicial e depende da estratégia pela qual o ativo foi adquirido. **i. Passivos financeiros:** compreendem, substancialmente, fornecedores, impostos e contribuições, outras contas a pagar, que são reconhecidas inicialmente ao valor justo. Após o reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, a atualização monetária e a variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado quando incorridos. **ii. Recebíveis:** os recebíveis da Companhia compreendem os créditos das operações de capitalização e demais contas a receber. **iii. Determinação do valor justo:** os valores justos dos investimentos com cotação pública são registrados com base nos preços divulgados. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação, que incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria Companhia. A Companhia classifica estas informações conforme a relevância dos dados observados no processo de mensuração do valor justo: • **Nível 1:** Informações observáveis que refletem os preços cotados (não ajustados) para ativos ou passivos idênticos em mercados ativos. • **Nível 2:** Informações que não são observáveis para o ativo ou passivo direta ou indiretamente. O Nível 2 inclui geralmente: (i) preços cotados para ativos ou passivos semelhantes em mercados ativos; (ii) preços cotados para ativos ou passivos idênticos ou semelhantes em mercados que não são ativos; (iii) informações que não são preços cotados que são observáveis para o ativo ou passivo; (iv) informações que são derivadas principalmente de dados do mercado observáveis por meio de correlação ou por outros meios. • **Nível 3:** Informações que não são observáveis para o ativo ou passivo permitindo a utilização de modelos e técnicas internas. A companhia não possui operações cuja classificação se enquadra nos níveis 2 e 3 em 31 de dezembro de 2025.
- c) Redução ao valor recuperável (ativo financeiro):** Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor podem incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.
- d) Imobilizado:** Os ativos intangíveis são bens incorpóreos adquiridos ou desenvolvidos internamente. Os ativos são mensurados inicialmente ao valor de custo. A depreciação dos bens é calculada pelo método linear sobre o custo de aquisição corrigido conforme evidenciado na Nota Explicativa 11.b). A baixa de imobilizado ocorre por venda ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.
- e) Benefícios a empregados:** As obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são reconhecidas pelo valor esperado a ser pago e lançadas como despesa à medida que o serviço respectivo é prestado. A Capitalização, disponibiliza os benefícios aos empregados exigidos pelo acordo coletivo, como ticket refeição e alimentação, auxílio creche/babá, vale-transporte e plano de assistência médica.

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

### Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

**f) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios estabelecidos no pronunciamento técnico CPC nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, consideradas as orientações previstas na Circular Susep nº 648/2021 e alterações posteriores, sendo classificados nas seguintes categorias: • **Contingências ativas:** Não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quanto da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos. • **Contingências passivas:** São reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Quando a expectativa de perda é classificada como "possível" nenhuma provisão é reconhecida e os passivos contingentes são divulgados nas demonstrações financeiras. • **Obrigações legais – Fiscais e previdenciárias:** Referem-se a demandas judiciais por meio das quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, registrado e atualizado mensalmente.

**g) Apuração do resultado:** As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência. As receitas líquidas com títulos de capitalização, assim como os custos de comercialização e provisões técnicas, são integralmente registradas no mês de emissão dos títulos, conforme Circular SUSEP nº 648/2021 e suas alterações. Com a edição da Circular Susep nº 678/22, com vigência a partir de 2024, passou a segregar a receita das quotas de capitalização e de sorteio da quota de carregamento. No que diz respeito a reconhecimento pela prescrição das exigibilidades de resgate e sorteio, a Companhia adota o critério de reconhecimento da receita a cada revisão de processo, respeitando sempre às disposições previstas no Código Civil, aplicável a capitalização, na qual estabelece o prazo mínimo de 05 (anos) anos, contados do término de vigência do título, para pagamento de valores de resgates, ou do sorteio, para pagamento de premiações.

**h) Resultado por ação:** O Pronunciamento Técnico (CPC 41) estabelece princípios para a determinação e a apresentação do resultado por ação, a fim de melhorar as comparações de desempenho entre diferentes companhias (sociedades por ações) no mesmo período, bem como para a mesma companhia em períodos diferentes. Mesmo que os dados do resultado por ação tenham limitações por causa das diferentes políticas contábeis que podem ser usadas para determinar resultados, um denominador determinado consistentemente melhora os relatórios financeiros.

**i) IRPJ e CSLL:** Os tributos correntes são reconhecidos pelo regime de competência, são contabilizados como despesa e passivo, o pagamento se dá por estimativa mensal lançando em antecipação do IR e CS em contas patrimoniais. **Reforma tributária:** Em dezembro de 2023 foi promulgada a Emenda Constitucional que introduziu a Reforma Tributária sobre o consumo no Brasil, posteriormente regulamentada pela Lei Complementar 214/2025 e, pelo ainda em tramitação, Projeto de Lei Complementar 108/2024. A reforma substituirá gradualmente o ICMS, ISS, IPI, PIS e COFINS por três tributos de base ampla sobre valor agregado: o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS). O IBS será de competência compartilhada entre Estados e Municípios, a CBS terá abrangência federal e o IS assumirá função regulatória, incidindo sobre bens e serviços específicos. A vigência plena está prevista para 2033, com fase de transição entre 2026 e 2032. Em 31 de dezembro de 2025, não foi possível mensurar de forma confiável os impactos quantitativos futuros da Reforma Tributária sobre a carga tributária, resultados, fluxos de caixa e posição financeira da Companhia. A Administração acompanha a evolução da regulamentação e avalia seus potenciais efeitos, os quais serão reconhecidos e divulgados oportunamente, quando passarem a ser mensuráveis e aplicáveis. Assim, as demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2025 não incluem quaisquer efeitos relacionados à adoção futura da CBS, do IBS ou do Imposto Seletivo.

**j) Provisões técnicas:** As provisões técnicas são constituídas de acordo com as normas da SUSEP, Circular Susep nº 656/22 e Capítulo VIII da Circular Susep nº 648/21 e manual de orientações sobre as provisões técnicas SUSEP de Janeiro de 2025. As sociedades de capitalização devem constituir as seguintes provisões técnicas, quando necessárias: • Provisão Matemática para Capitalização (PMC); • Provisão para Distribuição de Bônus (PDB); • Provisão para Resgate (PR); • Provisão para Sorteios a Realizar (PSR); • Provisão Complementar de Sorteios (PCS); • Provisão para Sorteios a Pagar (PSP); e • Provisão de Receitas Diferidas (PRD).

**3.1. Normas emitidas, mais ainda não vigentes:** A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas que ainda não estão em vigor ou não foram recepcionadas pela SUSEP na data de apresentação das demonstrações financeiras. A natureza e a vigência de cada uma das novas normas e alterações são descritas a seguir:

Pronunciamento	Descrição	Vigência
CPC 50 – Contratos de Seguros	Reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguros.	Regulamentação Pendente
IFRS 19, subsidiária sem responsabilidades públicas: Divulgações	Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS	Vigente a partir de 01/01/2027
CPC 51 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis (Correlato ao IFRS 18)	O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas.	Vigente a partir de 01/01/2027
CBPS nºs 01 e 02/ IFRS S1 e S2	Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras relacionadas à Sustentabilidade e Divulgações Relacionadas ao Clima, emitido pelo Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade – CBPS.	Vigente a partir de 01/01/2026
Alterações do IFRS9 (CPC 48) e IFRS (CPC 40) CPC 40	Reconhecimento e baixa dos instrumentos financeiros e características relevantes na avaliação dos fluxos de caixa dos instrumentos financeiros para classificação e mensuração, inclusão de contratos de eletricidade, bem como permitir a utilização desses contratos em estrutura de hedge. Divulgações relativas aos instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e instrumentos financeiros vinculados a eventos contingentes.	Vigente a partir de 01/01/2026
Lei Complementar nº 214,	Regulamenta a reforma tributária do consumo (IBS, CBS, IS)	Não vigente em 2025, foi sancionada em 2026

Até a data da emissão dessas demonstrações financeiras, a Administração não havia concluído as avaliações dos novos pronunciamentos, estando assim impossibilitada de divulgar tais efeitos, se existirem.

#### 4. Gestão de risco e controles internos

**4.1. Gestão de riscos:** A Companhia possui uma estrutura de Gestão de Riscos e Controles Internos com reporte à Diretoria Executiva, que reflete o seu tamanho, natureza e complexidade, observando os termos da Resolução CNSP nº 416, de 20 de julho de 2021, alterada pelas Resoluções nºs. 467 de 25/04/2024 e 476 de 26/12/2024. A estrutura de Gestão dos Riscos e Controles internos, foi implementada de acordo com a Política do Sistema de Controles Internos (SCI), conformidade e Estrutura da Gestão de Riscos (EGR), por meio do processo de identificação, avaliação, tratamento e monitoramento dos seguintes tipos de riscos:

**I. Apetite por risco:** O apetite por risco está conceituado como o quadro global de atuação sobre a possibilidade de ocorrência de perdas que contrariem as expectativas da Companhia, associadas, diretamente ao plano de negócios, ou indiretamente, por categoria do risco. O apetite por risco da Companhia é médio/moderado. Os principais riscos associados, em nível global, por categoria de riscos e de forma quantitativa e qualitativa são: riscos de subscrição, de crédito, de mercado e operacional; riscos de liquidez e riscos de continuidade dos negócios.

**II. Riscos de subscrição:** A subscrição de riscos tem por objetivo manter o equilíbrio técnico, financeiro e atuarial dos planos, bem como garantir a lucratividade e zelar pela boa imagem da Capitalização.

**III. Riscos de crédito:** O risco de crédito está atrelado à possibilidade de que contrapartes deixem de honrar compromissos de pagamento previamente assumidos, surgindo quando as contrapartes não desejam ou não são capazes de cumprir suas obrigações contratuais.

**IV. Riscos de mercado ou de investimentos:** O risco de mercado, por sua vez, caracteriza-se como potencial perda em uma carteira de negócios ou investimentos, decorrente de oscilações em variáveis econômicas e financeiras, e depende do comportamento do preço do ativo diante das condições de mercado.

**V. Riscos operacionais:** O risco operacional é o risco atrelado à possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Contemplam os riscos de fraude e lavagem de dinheiro.

**VI. Riscos de liquidez:** A possibilidade de não ser capaz de cumprir eficientemente suas obrigações financeiras, esperadas ou não, no momento em que forem devidas, seja pela impossibilidade de realizar tempestivamente seus ativos ou pelo fato de tal realização resultar em perdas significativas e/ou no descumprimento de requisitos regulatórios.

**VII. Risco de continuidade dos negócios:** Adoção de plano de continuidade operacional, que traz as ações a serem adotadas durante a ocorrência de desastres, no que diz respeito a sua à continuidade operacional, na ocorrência de incidentes ou crises e busca prover meios para manter o funcionamento dos principais serviços da Companhia, assim como a continuidade das operações.

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

### Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

**VIII. Riscos cibernéticos:** Pode ocorrer interna ou externamente de forma acidental ou proposital, relacionado a possível vulnerabilidade dos sistemas, que podem ser humanas, técnicas, de mídia, de comunicação, dentre outras e o seu impacto pode gerar perdas operacionais; na eficiência dos processos; perdas financeiras; prejuízos à imagem e possibilidade de responsabilização legal.

**IX. Riscos de sustentabilidade:** Estabelece premissas e diretrizes de sustentabilidade, bem como a sua governança. As diretrizes estão direcionadas ao meio ambiente; relacionamentos éticos; e de negócios que está diretamente associada ao desempenho das suas operações, com justiça social, equilíbrio econômico e ambiental e diversidade cultural.

**4.2. Ambiente de controles internos:** O ambiente de controles internos está estruturado por meio de manuais, instruções normativas, processos, organização e políticas corporativas da ViaCap, respondendo às estratégias de mitigação e seguindo os níveis de apetite a riscos previamente estabelecidos. O processo de controles internos e monitoramento se utiliza de todos os instrumentos normativos, tendo como atividades obrigatórias regulamentares a elaboração de relatórios com descrição das atividades e resultados, conclusões, recomendações e o monitoramento das ações corretivas necessárias.

## 5. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2025	31/12/2024
Depósitos Bancários - Pagtos. Próprios	1.298	1.123
Depósitos Bancários - Pagtos. Sorteios	278	4.173
Equivalentes de Caixas	1	1
<b>Total</b>	<b>1.577</b>	<b>5.297</b>

## 6. Aplicações financeiras

### 6.1. Aplicações financeiras mensurados ao valor justo:

#### 6.1.1. Por meio do valor justo (VJR):

a) Demonstramos a seguir a composição do saldo das aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2025 e de 2024. Informamos ainda, que não existem títulos dados em garantias de outras operações.

	dez/25				
	Valor de mercado				Saldo Contábil
	Taxa Contratada	Até 365 dias	Acima de 365 dias	Valor Total	
<b>Vinculados à Cobertura de Reservas</b>					
Letras Financeiras do Tesouro- LFT	Selic	-	16.338	16.338	16.338
Fundo de Investimento - Banco Itaú			2	2	2
Fundo de Investimento - Santander RF		67.195	-	67.195	67.195
<b>Total da carteira</b>		<b>67.195</b>	<b>16.340</b>	<b>83.535</b>	<b>83.535</b>
	dez/24				
	Valor de mercado				Saldo Contábil
	Taxa Contratada	Até 365 dias	Acima de 365 dias	Valor Total	
<b>Vinculados à Cobertura de Reservas</b>					
Letras Financeiras do Tesouro- LFT	Selic	-	14.242	14.242	14.242
Fundo de Investimento - Banco Itaú			2	2	2
Fundo de Investimento - Santander RF		59.663	-	59.663	59.663
<b>Total da carteira</b>		<b>59.663</b>	<b>14.244</b>	<b>73.907</b>	<b>73.907</b>

Para o valor de mercado, utilizamos como base as tabelas de referência do mercado secundário da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais e Tesouro Nacional (Anbima). No que se refere a títulos públicos estão custodiados junto ao Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic). O Santander reserva técnica Renda fixa – Fundo de investimento (SANT R T RF Ref DI FC) é um fundo voltado para sociedades seguradoras, sociedades de capitalização, entidades abertas de previdência privada complementar e resseguradores locais. Sua carteira é 100% composta por títulos públicos federais. Este fundo é mantido com o propósito de negociação.

#### b) Distribuição dos níveis

Descrição	dez/25		dez/24	
	Nível 1	Total	Nível 1	Total
Letras Financeiras do Tesouro- LFT	16.338	16.338	14.242	14.242
Fundo de Investimento - Banco Itaú	2	2	2	2
Fundo de Investimento - Santander RF	67.195	67.195	59.663	59.663
<b>Total da Carteira</b>	<b>83.535</b>	<b>83.535</b>	<b>73.907</b>	<b>73.907</b>

#### c) Movimentação das aplicações financeiras

Descrição	dez/24	% por aplicação	Aplicação	Resgate	Rendimento	Bloqueio Judicial	dez/25	% por aplicação
Títulos Públicos - LFT	14.242	19%	-	-	2.096	-	16.338	20%
Fundo De Invest Banco Itaú	2	-	-	-	-	-	2	-
Fundo De Invest - Santander RF	59.663	81%	338.500	(341.000)	10.032	-	67.195	80%
Fundo De Invest - Fidc Scroll	-	-	20	(20)	-	-	-	-
Fundo De Invest Banco Santander	-	-	3.500	(3.500)	-	-	-	-
Fundo FIDC	-	-	10	(10)	-	-	-	-
<b>Totais</b>	<b>73.907</b>	<b>100%</b>	<b>342.030</b>	<b>(344.530)</b>	<b>12.128</b>	<b>-</b>	<b>83.535</b>	<b>100%</b>

Descrição	dez/23	% por aplicação	Aplicação	Resgate	Rendimento	Bloqueio Judicial	dez/24	% por aplicação
Títulos Públicos - LFT	30.482	30%	-	(17.835)	1.595	-	14.242	19%
Fundo De Invest Banco Itaú	2	-	-	-	-	-	2	-
Fundo De Invest - XP Investimentos	-	-	-	-	-	-	-	-
Fundo De Invest - Santander RF	72.305	70%	245.483	(265.890)	7.778	(13)	59.663	81%
<b>Totais</b>	<b>102.789</b>	<b>100%</b>	<b>245.483</b>	<b>(283.725)</b>	<b>9.373</b>	<b>(13)</b>	<b>73.907</b>	<b>100%</b>

d) **Instrumentos financeiros derivativos:** A Companhia optou pela não aquisição de operações de "swap", ou outros instrumentos financeiros derivativos no exercício. e)

**Títulos e valores mobiliários:** A empresa, não possui títulos de valores mobiliários avaliados pela curva em 31 de dezembro de 2025 e de 2024.

## 7. Créditos das operações de capitalização

Os créditos das operações de capitalização estão classificados no ativo circulante aguardando os recursos a serem ingressados pelas Instituições parceiras, cujos vencimentos não ultrapassarem o prazo de doze meses subsequentes. São registrados os valores de títulos de capitalização a receber, durante o período de comercialização.

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024**  
**(Valores expressos em milhares de reais)**

	2025	2024		
<b>Créditos c/ operações de Capitalização</b>	<b>12.540</b>	<b>14.100</b>		
Títulos de Capitalização – PU	18.110	19.245		
Títulos de Capitalização – PM	-	-		
(-) Redução ao valor Recuperável de ativos	<b>(5.570)</b>	<b>(5.145)</b>		
<b>AGING -Créditos c/ operações de Capitalização</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>		
Vencidos entre 01 e 30 dias	3.760	12.808		
Vencidos entre 31 e 60 dias	8.758	387		
Vencidos entre 121 e 180 dias	-	32		
Vencidos entre 181 e 365 dias	22	1.063		
Vencidos acima de 365 dias	5.570	4.955		
<b>Total</b>	<b>18.110</b>	<b>19.245</b>		
<b>AGING -PDD</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>		
Vencidos entre 181 e 365 dias	-	887		
Vencidos acima de 365 dias	5.570	4.258		
<b>Total</b>	<b>5.570</b>	<b>5.145</b>		
<b>Movimentações</b>	<b>2024</b>	<b>Constituições</b>	<b>Baixas</b>	<b>2025</b>
Redução ao valor Recuperável	5.145	583	(158)	5.570
<b>Total</b>	<b>5.145</b>	<b>583</b>	<b>(158)</b>	<b>5.570</b>
<b>Movimentações</b>	<b>2023</b>	<b>Constituições</b>	<b>Baixas</b>	<b>2024</b>
Redução ao valor Recuperável	4.955	887	(697)	5.145
<b>Total</b>	<b>4.955</b>	<b>887</b>	<b>(697)</b>	<b>5.145</b>

**8. Títulos de créditos a receber**

O saldo de créditos a receber está composto como segue:

	2025	2024
<b>Créditos a receber C.P.</b>	<b>2.343</b>	<b>2.879</b>
Massa Falida Grupo APLUB	2.474	3.056
(-) Redução ao valo recuperável	(193)	(193)
Outros Créditos a receber	62	16

O valor mais representativo nesse grupo de contas é de R\$ 2.281 mil, referente a valores que estão sendo direcionados para a "massa falida" do Grupo Aplub, já que a Companhia, empresa arrematada não poderá responder por qualquer dívida deixada pelas empresas que compunham o Grupo Aplub, inclusive as ações judiciais, motivo pelo qual os processos em tramitação devem ser redirecionados para a massa falida da Aplub. A Companhia, tem a convicção que os valores ora reconhecidos na conta contábil "Massa falida" serão integralmente restituídos a sociedade de capitalização utilizando o critério de classe de crédito extraconcursal, eis que se trata de massa falida superavitária e em fase final de tratativas. Abertura da movimentação da conta "massa falida":

	2024	Constituição	Baixa	2025
Massa falida - Grupo Aplub	3.056	116	(698)	2.474
(-) Redução ao valor recuperável (massa Falida)	(193)	-	-	(193)
<b>TOTAL</b>	<b>2.863</b>	<b>116</b>	<b>(698)</b>	<b>2.281</b>
	<b>2023</b>	<b>Constituição</b>	<b>Baixa</b>	<b>2024</b>
Massa falida - Grupo Aplub	2.373	683	-	3.056
(-) Redução ao valor recuperável (massa Falida)	(193)	-	-	(193)
<b>TOTAL</b>	<b>2.180</b>	<b>683</b>	<b>-</b>	<b>2.863</b>

**9. Créditos tributários e previdenciários**

A seguir está o detalhamento dos créditos tributários bem como a movimentação do período compreendido entre dezembro de 2025 e dezembro de 2024.

	2025	2024		
IR a compensar	542	170		
CSLL a compensar	312	43		
<b>TOTAL</b>	<b>854</b>	<b>213</b>		
<b>Movimentação</b>	<b>2024</b>	<b>Constituição</b>	<b>Baixa</b>	<b>2025</b>
IR a compensar	170	1.040	(667)	543
Antecipação de IR	-	5.200	(5.200)	-
CSLL a compensar	43	607	(339)	311
Antecipação de CS	-	3.133	(3.133)	-
Cofins a compensar	-	21	(21)	-
PIS a compensar	-	17	(17)	-
<b>Total</b>	<b>213</b>	<b>10.018</b>	<b>(9.377)</b>	<b>854</b>
<b>Movimentação</b>	<b>2023</b>	<b>Constituição</b>	<b>Baixa</b>	<b>2024</b>
IR a compensar	102	380	(312)	170
Antecipação de IR	-	4.697	(4.697)	-
CSLL a compensar	26	48	(31)	43
Antecipação de CS	-	2.821	(2.821)	-
Cofins a compensar	-	5	(5)	-
PIS a compensar	-	11	(11)	-
<b>Total</b>	<b>128</b>	<b>7.962</b>	<b>(7.877)</b>	<b>213</b>

**10. Depósitos judiciais**

Os depósitos judiciais estão compostos da seguinte forma:

	2025	2024
<b>Depósitos Judiciais - C.P.</b>	<b>-</b>	<b>505</b>
Cíveis	-	505
Trabalhistas	-	1.485
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>1.990</b>

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024**  
*(Valores expressos em milhares de reais)*

<b>Depósitos Judiciais - L.P.</b>				<b>2025</b>	<b>2024</b>
Cíveis				678	-
Trabalhistas				1.636	79
<b>Total</b>				<b>2.314</b>	<b>79</b>
<b>Depósitos Judiciais - C.P.</b>		<b>2024</b>	<b>Constituição</b>	<b>Baixa</b>	<b>2025</b>
Cíveis		505	-	(505)	-
Trabalhistas		1.485	2	(1.487)	-
<b>Total</b>		<b>1.990</b>	<b>2</b>	<b>(1.992)</b>	<b>-</b>
<b>Depósitos Judiciais - L.P.</b>		<b>2024</b>	<b>Constituição</b>	<b>Baixa</b>	<b>2025</b>
Cíveis		-	678	-	678
Trabalhistas		79	1.607	(50)	1.636
<b>Total</b>		<b>79</b>	<b>2.285</b>	<b>(50)</b>	<b>2.314</b>

**11. Outros Créditos**

Detalhamento da conta outros créditos.

<b>Outros Créditos</b>				<b>2025</b>	<b>2024</b>
Adiantamento à Funcionários				23	8
Adiantamentos administrativos				1	26
Saldos Bloqueados				2.190	1.784
<b>Total</b>				<b>2.214</b>	<b>1.818</b>
<b>Movimentação</b>		<b>2024</b>	<b>Constituição</b>	<b>Baixa</b>	<b>2025</b>
Adiantamento à Funcionários		8	162	(147)	23
Adiantamentos administrativos		26	1.192	(1.217)	1
Saldos Bloqueados		1.784	1.555	(1.149)	2.190
<b>Total</b>		<b>1.818</b>	<b>2.909</b>	<b>(2.513)</b>	<b>2.214</b>
<b>Movimentação</b>		<b>2023</b>	<b>Constituição</b>	<b>Baixa</b>	<b>2024</b>
Adiantamento à Funcionários		-	982	(974)	8
Adiantamentos administrativos		94	1.916	(1.984)	26
Saldos Bloqueados		66	5.520	(3.802)	1.784
<b>Total</b>		<b>160</b>	<b>8.418</b>	<b>(6.760)</b>	<b>1.818</b>

**12. Investimentos e imobilizado**

Os investimentos e o ativo imobilizado estão contabilizados ao custo de aquisição e a depreciação e amortização são calculadas pelo método pró-rata die, conforme o período de vida útil estimada dos ativos. O valor residual dos ativos e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, a cada data de balanço. O valor contábil de um item do ativo imobilizado é ajustado imediatamente se o seu valor recuperável é inferior ao seu valor contábil. O valor de outros investimentos é decorrente de participação em cooperativas, os valores direcionados para a cota capital são realizados por vontade do associado ou combinado respeitando as exigências de capital mínimo que a cooperativa possui em suas políticas. A cota capital fica aplicada durante o período em que a Companhia permanece como associada, possibilitando o acesso a serviços facilitados e rendendo com a participação nos resultados da cooperativa.

**a) Detalhamento dos investimentos**

<b>Investimento</b>				<b>2025</b>	<b>2024</b>
Terrenos Urbanos				417	417
Edificações Urbanas				3.182	3.182
Reavaliação				155	155
(-) Depreciação				(1.483)	(1.413)
<b>Total</b>				<b>2.271</b>	<b>2.341</b>
Outros Investimentos				322	322
<b>Total</b>				<b>2.593</b>	<b>2.663</b>

**b) Detalhamento do imobilizado**

<b>Imobilizado</b>	<b>31/12/2024</b>	<b>Aquisição</b>	<b>Baixa</b>	<b>Depreciação Bx. Deprec.</b>	<b>31/12/2025</b>	<b>Taxas de depreciação %</b>
Imóveis de uso próprio	4.353	-	-	(132)	4.221	4
Informática	228	-	(190)	(90)	138	20
Móveis, máquinas e utensílios.	325	218	(44)	(57)	486	10
Refrigeração	7	-	-	(1)	6	10
Instalações	3	-	-	-	3	10
Equipamentos - Outros	3	-	-	-	3	10
Outras imobilizações	295	-	-	(13)	282	4
Veículos	281	339	(226)	(77)	399	20
<b>Total</b>	<b>5.495</b>	<b>557</b>	<b>(460)</b>	<b>(370)</b>	<b>5.538</b>	
<b>Intangível</b>						
Softwares	85	6.541	(1.368)	(1.796)	4.830	20
<b>Total</b>	<b>85</b>	<b>6.541</b>	<b>(1.368)</b>	<b>(1.796)</b>	<b>4.830</b>	
<b>Imobilizado</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>Aquisição</b>	<b>Baixa</b>	<b>Depreciação Bx. Deprec.</b>	<b>31/12/2024</b>	<b>Taxas de depreciação %</b>
Imóveis de uso próprio	-	4.353	-	-	4.353	4
Informática	272	48	-	(92)	228	20
Móveis, máquinas e utensílios.	360	10	(4)	(45)	325	10
Refrigeração	9	-	-	(1)	8	10
Instalações	3	-	-	-	3	10
Equipamentos - Outros	3	-	-	-	3	10
Outras imobilizações	308	-	-	(13)	295	4
Veículos	123	226	-	(69)	280	20
<b>Total</b>	<b>1.078</b>	<b>4.637</b>	<b>(4)</b>	<b>(220)</b>	<b>5.495</b>	
<b>Intangível</b>						
Softwares	93	17	(220)	(25)	85	20
<b>Total</b>	<b>93</b>	<b>17</b>	<b>(220)</b>	<b>(25)</b>	<b>85</b>	

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

### Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

#### 13. Contas a pagar

Detalhamento dos principais grupos de contas a pagar no curto prazo em 31 de dezembro de 2025.

	2025	2024
<b>a) Obrigações a Pagar</b>	<b>9.542</b>	<b>1.063</b>
Dividendos a pagar	3.494	437
Participações no Lucro a Pagar	190	169
Honorários e remunerações a Pagar	307	235
Outras Contas a Pagar	5.551	222
<b>b) Impostos e Encargos Sociais</b>	<b>1.659</b>	<b>2.398</b>
IRRF de Funcionários	67	60
IRRF de Terceiros	1.453	2.190
Imposto Sobre Serviço Retido – ISS	13	35
Contribuição Previdenciária	85	80
Contribuição para o FGTS	23	17
Outros Impostos e Encargos Sociais	18	16
<b>c) Encargos Trabalhistas</b>	<b>329</b>	<b>257</b>
Férias a Pagar	244	191
Encargos Sociais a Recolher	85	66
<b>d) Financiamentos (*)</b>	<b>725</b>	<b>866</b>
Financiamento p/ aquisição de ativos	1.038	1.038
(-) Juros a transcorrer	(313)	(172)
<b>e) Impostos e Contribuições</b>	<b>195</b>	<b>1.700</b>
IRPJ	-	680
CSLL	-	414
COFINS	167	521
PIS	28	85
<b>f) Outras contas a pagar</b>	<b>89</b>	<b>89</b>
<b>Total Contas a Pagar</b>	<b>12.539</b>	<b>6.373</b>

\*Empréstimos e Financiamentos, vide nota explicativa 20.

#### 14. Débitos com operações de capitalização

São registrados os compromissos assumidos decorrentes de comissões e outros custos de comercialização tais como, plataforma de vendas digitais, auditoria de sorteios, consultoria e assessoria, serviços de teleatendimento etc.:

	2025	2024
Comissões a pagar	1.684	1.663
Publicidade e propaganda	38	726
Outros débitos c/ oper. de CAP	129	628
<b>Total</b>	<b>1.851</b>	<b>3.017</b>

#### 15. Depósitos de terceiros

a) **Aging – Depósitos de terceiros:** Esta rubrica contempla valores recebidos de terceiros antecipadamente, oriundos de operações de capitalização e atrelados a garantia das operações, como segue:

<b>Aging - Depósitos de terceiros 2025</b>	<b>Valores a Reclassificar CAP</b>	<b>Outros depósitos</b>	<b>Total</b>
De 01 a 30 dias	10.257	-	10.257
De 121 a 180 dias	-	-	-
De 181 a 365 dias	-	27	27
Superior a 365 dias	-	510	510
<b>Total</b>	<b>10.257</b>	<b>537</b>	<b>10.794</b>
<b>Aging - Depósitos de terceiros 2024</b>	<b>Valores a Reclassificar CAP</b>	<b>Outros depósitos</b>	<b>Total</b>
De 01 a 30 dias	9.330	-	9.330
De 31 a 60 dias	909	-	909
Superior a 365 dias	-	810	810
<b>Total</b>	<b>10.239</b>	<b>810</b>	<b>11.049</b>

#### b) Movimentação depósitos de terceiros

<b>Distribuidores/Parceiros</b>	<b>2024</b>	<b>Depósito</b>	<b>Baixas</b>	<b>2025</b>
Valores A Reclassificar-Capitalização	10.239	119.669	(119.651)	10.257
Outros Depósitos	810	1.633	(1.906)	537
<b>Total</b>	<b>11.049</b>	<b>121.302</b>	<b>(121.557)</b>	<b>10.794</b>
<b>Distribuidores/Parceiros</b>	<b>2023</b>	<b>Depósito</b>	<b>Baixas</b>	<b>2024</b>
Valores A Reclassificar-Capitalização	3.762	52.701	(46.224)	10.239
Outros Depósitos	2.211	994	(2.395)	810
<b>Total</b>	<b>5.973</b>	<b>53.695</b>	<b>(48.619)</b>	<b>11.049</b>

#### 16. Provisões técnicas de capitalização

As provisões técnicas são constituídas de acordo com as determinações constantes da Resolução CNSP nº 432/2021 e da Circular Susep nº 648/21, ambas considerando suas alterações posteriores, cujos critérios, parâmetros, fórmulas e valores são documentados através de Notas Técnicas Atuariais (NTA), as quais são calculadas pelo Atuário Responsável Técnico e fiscalizadas pela Susep. Em relação às datas-bases de dezembro, são devidamente auditadas pela auditoria atuarial independente. Estão assim resumidas: • **Provisão Matemática para Capitalização (PMC):** A Provisão Matemática para Capitalização é constituída para a cobertura dos valores garantidos pela tabela de resgate, com base na parcela dos valores arrecadados para capitalização, devendo ser calculada para cada título que estiver em vigor ou suspenso durante o prazo previsto em nota técnica atuarial, representam o montante dos pagamentos efetuados pelos subscritores, deduzidos das cotas de sorteios e de carregamento. • **Provisão para Resgate (PR):** A provisão para resgate é constituída a partir da data do evento gerador de resgate do título, atualizada monetariamente conforme provisão contratual. Esta provisão contempla tanto os títulos vencidos quanto os títulos antecipados e representam os valores ainda não pagos até a data-base das demonstrações financeiras. • **Provisão para Sorteios a Realizar (PSR):** A Provisão para Sorteios a Realizar é constituída para a cobertura dos valores relativos aos sorteios ainda não realizados, devendo ser constituída para cada título cujos sorteios tenham sido custeados, mas que, na data da constituição, ainda não tenham sido realizados. • **Provisão Complementar de Sorteios (PCS):** A provisão complementar de sorteios é constituída para complementar a provisão de sorteios a realizar, sendo utilizada para cobrir eventuais insuficiências relacionadas ao valor esperado dos sorteios a realizar. Ressalte-se que a PCS não abrange os valores relativos à variabilidade

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

### Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

dos sorteios. Esses montantes, os quais eram abrangidos pela provisão de contingências (que, de acordo com os normativos atuais, foi extinta), não devem ser considerados como provisão técnica, mas sim no cálculo do capital de risco de subscrição das sociedades de capitalização. • **Provisão para Sorteios a Pagar (PSP):** A Provisão para Sorteios a Pagar é constituída a partir da data de realização do sorteio, atualizada monetariamente entre a data do sorteio e data da efetiva liquidação financeira. • **Provisão para Receita Diferida:** A Provisão de Receita Diferida (PRD) representa os valores esperados para atendimento da contraprestação a ser oferecida pelas sociedades de capitalização aos titulares dos direitos de resgate e sorteios (quota de carregamento), sendo constituída para o diferimento de receitas dos títulos de capitalização. Seguindo os ditames da Circular nº 678/2022, que altera a Circular nº 648/2021, uma parte da receita passa a ser reconhecida no pagamento ou com a informação de pagamento da contribuição pelo subscritor (quota de capitalização e sorteio) e a receita do carregamento é reconhecida conforme o atendimento da contraprestação a ser oferecida pela sociedade de capitalização aos titulares de direitos de resgate e de sorteio (quota de carregamento), conforme critérios, metodologias e premissas discriminados em estudo técnico. • **Prescrição de títulos:** A Companhia adota, nas provisões para resgates e sorteios a pagar, a baixa dos valores prescritos atendendo as disposições previstas no Código Civil. Em regra, os títulos são prescritos em 05 (cinco) anos. Porém, por questões estratégicas, a Companhia pode conceder prorrogação de prazo maior. No exercício, foram revertidas provisões com resgates e sorteios prescritos, no montante de R\$ 273, em outras receitas e despesas operacionais. Na qual já tinham ultrapassado o prazo mínimo de 05 (cinco) anos. (Detalhados na Nota Explicativa nº 18 b).

#### a) Cobertura das provisões técnicas

	2025	2024
<b>Ativos garantidores</b>		
<b>Títulos de Renda Fixa Públicos</b>	<b>16.338</b>	<b>14.242</b>
LFT - Letras Financeiras do Tesouro	16.338	14.242
<b>Quotas Fundos de investimentos</b>	<b>67.197</b>	<b>59.665</b>
Quotas Fundo de Investimentos - Santander	67.195	59.663
Quotas Fundo de Investimentos - Itaú	2	2
<b>i) Ativos totais</b>	<b>83.535</b>	<b>73.907</b>
<b>ii) Provisões Técnicas - Total a ser coberto</b>	<b>63.961</b>	<b>58.053</b>
<b>ii) Suficiência de ativos oferecidos em cobertura de Provisões Técnicas</b>	<b>19.574</b>	<b>15.854</b>
<b>Taxa de Cobertura em % (i) / (ii)</b>	<b>130,60%</b>	<b>127,31%</b>

#### b) Detalhamento das provisões técnicas

	2024	Constituição	Reversões	Outras	Juros/Atualizações	Sort/Resg. Prescritos	Pagamentos	2025	%
PMC/PRA/PRV	46.269	740.928	(374.676)	-	2.543	(40)	(372.354)	42.670	66,71%
PSP/PSR	11.371	535.303	(228.915)	-	302	(234)	(296.921)	20.906	32,69%
PCS	51	119.079	(119.129)	-	1	-	-	2	-
PDA	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PRD	362	4.506	(4.485)	-	-	-	-	383	0,60%
<b>Total</b>	<b>58.053</b>	<b>1.399.816</b>	<b>(727.205)</b>	<b>-</b>	<b>2.846</b>	<b>(274)</b>	<b>(669.275)</b>	<b>63.961</b>	<b>100,00%</b>
	2023	Constituição	Reversões	Outras	Juros/Atualizações	Sort/Resg. Prescritos	Pagamentos	2024	%
PMC/PRA/PRV	77.057	326.872	-	-	1.688	(2.994)	(356.354)	46.269	79,70%
PSP/PSR	18.062	495.824	(214.895)	95	445	(1.240)	(286.920)	11.371	19,59%
PCS	-	124.579	(124.528)	-	-	-	-	51	0,09%
PDA	428	-	(428)	-	-	-	-	-	-
PRD	-	2.879	(2.517)	-	-	-	-	362	0,62%
<b>Total</b>	<b>95.547</b>	<b>950.154</b>	<b>(342.368)</b>	<b>95</b>	<b>2.133</b>	<b>(4.234)</b>	<b>(643.274)</b>	<b>58.053</b>	<b>100,00%</b>

#### c) Detalhamento das variações com provisões técnicas (resultado)

	2025	2024
<b>Variação das Provisões de Resgates</b>	<b>366.251</b>	<b>326.872</b>
Constituição da prov. p/ resgates	366.251	326.872
<b>Resultados com sorteios</b>	<b>305.480</b>	<b>281.424</b>
<b>Variação da Provisão de sorteios</b>	<b>4.259</b>	<b>(160)</b>
Reversão da prov. p/ sorteios	(228.915)	(214.895)
Constituição da prov. p/ sorteio	233.174	214.735
<b>Desp. c/ tit. sorteados</b>	<b>301.272</b>	<b>281.533</b>
<b>Variação de prov. p/ compl. de sorteios</b>	<b>(51)</b>	<b>51</b>
Reversão de prov. p/ compl. de sorteios	(119.128)	(124.528)
Constituição de prov. p/ compl. de sorteios	119.077	124.579

## 17. Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)

O PIS (0,65%) e a COFINS (4,00%) são calculados sob determinadas receitas e despesas brutas, como determina a IN da RFB no 1.911 de 11 de outubro de 2019. As despesas de PIS e COFINS são registradas na rubrica despesa com tributos. Estão elencados na tabela do item 18 letra "d".

## 18. Detalhamento das contas da demonstração de resultado

	2025	2024
<b>a) Custo de Aquisição</b>	<b>(121.389)</b>	<b>(92.356)</b>
Despesas de corretagem	(37.609)	(38.664)
Despesas com Impressos e Mat. de vendas	(1.557)	(2.282)
Despesas com Processamento de dados	(10.700)	(13.464)
Despesas com Telemarketing	(98)	(88)
Despesas com Publicidade e Propaganda	(56.479)	(20.931)
Outras Despesas - Consultoria	(238)	(5.210)
Outros custos de aquisição	(14.708)	(11.717)
<b>b) Outras Receitas e Despesas Operacionais</b>	<b>6.097</b>	<b>10.903</b>
Receita com Prescrição - Resgate	39	2.994
Receita com Prescrição - Sorteio	234	383
Outras receitas c/ operações de capitalização	6.570	8.036
Outras despesas operacionais	(746)	(510)
<b>c) Despesas Administrativas</b>	<b>(17.300)</b>	<b>(12.480)</b>
Despesas com pessoal	(5.205)	(4.699)
Despesas com serviços de terceiros	(4.196)	(2.932)
Despesas com localização e funcionamento	(6.356)	(4.151)
Despesas Publicidade e Propaganda	-	(2)
Despesas com Publicações	(109)	(93)
Despesas com donativos e contribuições	(139)	(434)
Outras despesas administrativas	(1.295)	(169)

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

### Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	2025	2024
<b>d) Despesas com Tributos</b>	<b>(7.635)</b>	<b>(6.200)</b>
PIS	(6.325)	(834)
COFINS	(1.028)	(5.134)
Taxa de Fiscalização - SUSEP	(282)	(232)
<b>e) Receita e Despesas Financeiras</b>	<b>10.089</b>	<b>7.353</b>
<b>Receitas Financeiras</b>	<b>12.138</b>	<b>9.378</b>
Títulos de Renda Fixa – Privados	10.034	7.778
Títulos de Renda Fixa – Públicos	2.096	1.595
Títulos de renda variável	8	5
<b>Outras Receitas Financeiras</b>	<b>1.243</b>	<b>656</b>
- Créditos tributários	33	25
- Juros Ativos	814	559
- Rec. c/ Desp. Jud. E Fiscais	125	67
- Outras Receitas	271	5
<b>Despesas Financeiras</b>	<b>(3.292)</b>	<b>(2.681)</b>
- Desp. Financeira c/ Provisões técnicas	(2.845)	(1.776)
- Desp. Financeira c/ renda fixa	-	(200)
- Outras Desp. financeiras	(447)	(705)
<b>f) Receitas e Despesas Patrimoniais</b>	<b>(309)</b>	<b>(354)</b>
Despesas c/ Imóveis Destinados à Renda ou Venda	(309)	(354)

## 19. Contingências

Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, desde que a mesma possa ser estimada de maneira confiável e seja provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As contingências passivas são objeto de avaliação individualizada, efetuada pela assessoria jurídica da Companhia, com relação às probabilidades de perda que leva em consideração a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e o posicionamento dos Tribunais. Estas são provisionadas quando a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, conforme critérios estabelecidos no pronunciamento técnico CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Passivos contingentes são divulgados se existir uma possível obrigação futura, resultante de eventos passados ou se existir uma obrigação presente resultante de um evento passado, e o seu pagamento não for provável ou seu montante não puder ser estimado de forma confiável. As contingências são classificadas como: • Prováveis: as quais são constituídos passivos reconhecidos no balanço patrimonial; • Possíveis: as quais são divulgadas nas demonstrações financeiras, não sendo nenhuma provisão registrada; • Remotas: as quais não requerem provisão e divulgação. A Companhia possui processos contingentes em andamento em 31 de dezembro de 2025, sendo consideradas as probabilidades de perdas remotas e possíveis, o qual esse último está reconhecido nas Demonstrações financeiras, conforme demonstrado a seguir:

Natureza da Ação - 2025	Nº ações	Valor da Ação R\$	Valor Provisionado	Prognóstico de perda
Cível	45	2.302	-	Possível
Cível	4	100	207	Provável
Trabalhista	2	326	-	Possível
<b>Total</b>	<b>51</b>	<b>2.728</b>	<b>207</b>	
Natureza da Ação - 2024	Nº ações	Valor da Ação R\$	Valor Provisionado	Prognóstico de perda
Cível	8	918	-	Possível
Cível	1	11	11	Provável
Trabalhista	2	297	-	Possível
<b>Total</b>	<b>11</b>	<b>1.226</b>	<b>11</b>	

## 20. Financiamentos

A Companhia conta com saldo passivo, relacionado à empréstimos e financiamentos, no valor de R\$ 725 (CP) e R\$ 1.537 (LP), junto à instituição financeira nacional – SUL-CREDI/AMPLA, contrato firmado em 23 de dezembro de 2024, que está vinculado à aquisição do imóvel, conjunto nº 1202 do Edifício Carlos Gomes 222, à Av. Carlos Gomes, 222, nesta Capital, conta com os espaços estacionamentos nº 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177 e 178.

Financiamento	2025	2024
Financiamento p/ aquisição de ativos	4.154	5.192
(-) Juros a transcorrer	(1.892)	(2.064)
<b>Total</b>	<b>2.262</b>	<b>3.128</b>
<b>Curto Prazo</b>	<b>725</b>	<b>866</b>
<b>Longo Prazo</b>	<b>1.537</b>	<b>2.262</b>

## 21. Patrimônio líquido

**a) Capital social:** O capital social em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é de R\$ 19.993 mil (dezenove milhões novecentos e noventa e três mil), está representado por 2.085.532 (dois milhões, oitenta e cinco mil, quinhentos e trinta e dois) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, todas pertencentes a acionistas domiciliados no país. **b) Dividendos:** De acordo com o Estatuto Social, é assegurado ao acionista dividendos mínimos de 25% do lucro líquido apurado após a destinação da reserva legal de acordo com a legislação societária, no exercício foi destinado do lucro apurado o valor de R\$ 10.537mil para o acionista da Companhia e durante o exercício de 2025 foi antecipado o valor de R\$ 7.043mil. **c) Reserva legal:** A reserva legal é constituída ao final do exercício, na forma prevista na legislação societária brasileira (5%) do lucro líquido do exercício, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para futuros aumentos de capital social. **d) Lucros:** O valor remanescente, até o limite do Capital Social, será destinado à conta de Reserva Estatutária, para posterior aumento de capital, objetivando a ampliação dos negócios da Companhia. "O saldo da reserva de lucros, exceto para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social, atingindo esse limite, a assembleia deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização ou no aumento de capital social ou na distribuição de dividendos. (redação dada pela Lei nº 11.638/2007)".

## 22. Demonstração do patrimônio líquido ajustado, exigência de capital e adequação de capital

A Resolução CNSP nº 432/21 e suas alterações, estabelecem que as sociedades de capitalização deverão apresentar Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) e do Capital Mínimo Requerido (CMR), este composto do capital do risco de crédito, capital do risco de subscrição, capital do risco operacional e do capital do risco de mercado, e observando o modelo de requerimento de capital mínimo regulatório para o segmento, a Companhia divulga o seu parâmetro de CMR calculado para a data-base 31 de dezembro de 2025, bem como seus indicadores de solvência. O respectivo CMR para funcionamento das sociedades de capitalização, refere-se ao capital total que a Companhia deve manter, a qualquer tempo, para operar, sendo equivalente ao maior valor entre o capital-base (montante fixo de capital conforme suas regiões de atuação) e o capital de risco (montante variável de capital para garantia dos riscos inerentes à operação). No caso da Companhia, o maior valor refere-se ao capital base, equivalente a R\$ 10.800 mil, podendo operar em todo o território nacional. A seguir são demonstrados os valores do patrimônio líquido ajustado e capital mínimo requerido, conforme determinações

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

### Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

do órgão regulador, cujos indicadores de solvência, nesta respectiva data-base de 31 de dezembro de 2025, demonstraram que a Companhia manteve seus níveis de capital e demais parâmetros acima dos requerimentos mínimos regulatórios.

	31/12/2025	31/12/2024
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>27.525</b>	<b>26.970</b>
Ajustes contábeis	(4.952)	(193)
Ajuste do excesso de PLA de nível 2 e 3	(5.004)	(5.074)
<b>Patrimônio Líquido Ajustado</b>	<b>17.569</b>	<b>21.703</b>
<b>Capital Base</b>	<b>10.800</b>	<b>10.800</b>
<b>Capital de Risco</b>	<b>8.807</b>	<b>7.035</b>
Capital do risco de subscrição	4.858	4.236
Capital do risco de crédito	1.461	1.527
Capital do risco operacional	2.402	1.796
Capital do risco de mercado	1.689	224
Benefício da diversificação	(1.603)	(748)
<b>Capital Mínimo Requerido (R\$) Suficiência de capital</b>	<b>10.800</b>	<b>10.800</b>
<b>(%) Suficiência de capital</b>	<b>63%</b>	<b>101%</b>
Ativos Totais	83.535	73.907
Provisões Técnicas - Total a ser coberto	63.961	58.053
<b>Suficiência de ativos/Provisões Técnicas</b>	<b>15.854</b>	<b>15.855</b>
PLA de nível 1	15.949	20.631
PLA de nível 2	-	-
PLA de nível 3	6.624	6.694

### 23. Transações com partes relacionadas

A Companhia possui operações com partes relacionadas, realizadas em condições compatíveis com as de mercado. Os saldos decorrentes de tais transações estão demonstrados como segue:

Partes Relacionadas	Ativo		Passivo		Despesa	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
NovoDente S.A. (i)	6	-	-	18	-	-
Via Loterias S.A. (ii)	-	-	-	-	-	292
Via Afiliados	-	-	6	-	-	-
Via Contact LTDA. (iii)	45	-	-	-	-	15
NW Administração e Partic. S.A. (iv)	-	-	3.494	438	-	-
Via Clube de Vantagens LTDA. (v)	-	-	-	-	-	26
Remuneração pessoal-chave Administração (vi)	-	-	-	-	780	780

(i) Valor referente a resgate de títulos de capitalização da modalidade incentivo; (ii), (iii) e (v) Valores referentes a prestação de serviço. (iv) Destinação do lucro líquido por meio de dividendos. (vi) Conforme determina o Estatuto Social, na AGO é fixado o montante global da remuneração dos Administradores, referentes à remuneração e benefícios.

### 24. Outras informações

Conforme legislação em vigor, sociedades seguradoras, entidade de previdência e sociedades de capitalização não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para: a) Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau; b) Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; c) Pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10% da própria Companhia, quaisquer diretores ou administradores da própria Companhia, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.

### 25. Imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro

Os impostos correntes e diferidos são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes na data de preparação do balanço patrimonial. No Brasil, o imposto de renda corrente é calculado à alíquota-base de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima de R\$ 240 (duzentos e quarenta mil) anuais. A provisão para contribuição social é constituída à alíquota de 15%. Estão reconciliados para os valores reconhecidos nas demonstrações do resultado, como segue:

Descrição	2025		2024	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes dos Impostos e após Participações	17.830	17.830	20.155	20.155
<b>Adições:</b>				
Desp. Não Dedutíveis (*)	2.271	2.271	1.819	1.819
<b>Exclusões:</b>				
(-) Receitas Não Tributáveis (*)	(3.197)	(3.197)	(697)	(697)
<b>(=) Base de cálculo do IRPJ e CSLL antes Prej. Fiscal</b>	<b>16.904</b>	<b>16.904</b>	<b>21.277</b>	<b>21.277</b>
(-) Compensação de Prejuízo fiscal 30%	-	-	-	-
<b>(=) Base de cálculo do IRPJ e CSLL após comp. Prej. Fiscal 30%</b>	<b>16.904</b>	<b>16.904</b>	<b>21.277</b>	<b>21.277</b>
<b>Alíquota IRPJ</b>	<b>15%</b>	<b>-</b>	<b>15%</b>	<b>-</b>
<b>Alíquota CSLL</b>	<b>-</b>	<b>15%</b>	<b>-</b>	<b>15%</b>
<b>Imposto de renda</b>	<b>2.536</b>	<b>-</b>	<b>3.192</b>	<b>3.192</b>
<b>Parcela Isenta</b>	<b>(240)</b>	<b>-</b>	<b>(240)</b>	<b>-</b>
<b>Base de cálculo deduzindo a parcela isenta</b>	<b>16.664</b>	<b>-</b>	<b>21.037</b>	<b>-</b>
Alíquota adicional do IR	<b>10%</b>	<b>-</b>	<b>10%</b>	<b>-</b>
<b>Adicional do IRPJ</b>	<b>1.666</b>	<b>-</b>	<b>2.103</b>	<b>-</b>
IRPJ devido	4.202	-	5.295	-
CSLL devido	-	2.536	-	3.192
Deduções Incentivos PAT	-	-	(5)	-
<b>Total de IRPJ e CSLL Corrente devidos</b>	<b>4.202</b>	<b>2.536</b>	<b>5.290</b>	<b>3.192</b>

\*Despesas não dedutíveis: Doações, Alimentação administração e PJ, multas SUSEP entre outras;

\*Receitas não tributáveis: PCLD, conforme art. 9 lei 9.430/96.

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

### Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

#### 26. Outros valores e bens

A Companhia possui direito de uso de arrendamento adquirido por meio do contrato de aluguel do prédio comercial onde estão localizadas as operações da companhia. O ativo de uso mencionado refere-se à locação cujo contrato foi iniciado em agosto de 2022 e possui validade até setembro de 2026. Vale ressaltar que a taxa real utilizada para a apuração do valor presente do arrendamento é de 6,83% a.a. Na data de início do contrato, a Companhia avalia se este contrato transfere o direito de uso para controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação ou não, e assim o qualifica como um arrendamento. No início do arrendamento, um direito de uso de um ativo identificado é registrado. Para o registro inicial é necessário o reconhecimento relacionado ao direito de usar o ativo identificado (o valor da mensuração inicial do passivo do arrendamento, quaisquer pagamentos do arrendamento feitos em ou antes da data de início menos quaisquer incentivos de locação recebidos, quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo locatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo locatário para restaurar o ativo subjacente à condição exigida pelos termos e condições do arrendamento), contra e para os passivos de arrendamento (pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber; pagamentos de arrendamento variáveis vinculados a que dependem de um índice ou uma taxa, valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário sob garantias de valor residual, o preço de exercício de uma opção de compra se o locatário está razoavelmente certo de exercer essa opção e do pagamento de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o exercício da opção pelo arrendatário determinar o arrendamento). As despesas de depreciação do ativo com direito de uso são reconhecidas separadamente e calculadas linearmente pelo prazo do arrendamento. Apresentação do ativo e passivo circulante e não circulante:

<b>Ativo Circulante e Não Circulante</b>			<b>2025</b>			<b>2024</b>
<b>Outros valores e bens C.P</b>						
Arrendamento - Ativo direito de uso			241			37
Outros valores e bens			-			-
<b>Outros valores e bens L.P</b>						
Arrendamento - Ativo direito de uso			-			694
<b>Passivo Circulante e Não Circulante</b>			<b>2025</b>			<b>2024</b>
<b>Outros Débitos C.P.</b>						
Outros Débitos			-			858
<b>Débitos Diversos</b>						
Passivos de arrendamento			285			74
<b>Outros Débitos L.P.</b>						
<b>Débitos Diversos</b>						
Passivos de arrendamento			-			694
<b>Movimentação At Circ.</b>	<b>2024</b>	<b>Transf. LP/CP – Constit.</b>	<b>Baixas</b>	<b>Juros</b>	<b>Depreciação</b>	<b>2025</b>
Arrendamento - Ativo direito de uso	37	845	(166)	-	(475)	241
<b>Movimentação At Ñ Circ.</b>	<b>2024</b>	<b>Transf.</b>	<b>Transf. LP/CP</b>	<b>Juros</b>	<b>Depreciação</b>	<b>2025</b>
Arrendamento - Ativo direito de uso	694	-	(694)	-	-	-
<b>Movimentação Pass. Circ.</b>	<b>2024</b>	<b>Pagamentos</b>	<b>Transf. LP/CP</b>	<b>Juros</b>	<b>Depreciação</b>	<b>2025</b>
Passivos de Arrendamento	74	(669)	845	35	-	285
Outros Débitos	858	(858)	-	-	-	-
<b>Movimentação Pass. Ñ Circ.</b>	<b>2024</b>	<b>Constit./Transf.</b>	<b>Transf. LP/CP</b>	<b>Juros</b>	<b>Depreciação</b>	<b>2025</b>
Arrendamento - Ativo direito de uso	694	-	(694)	-	-	-

#### 27. Eventos subsequentes

Não ocorreram eventos subsequentes relevantes até a data de emissão destas demonstrações financeiras.

Porto Alegre, 24 de fevereiro de 2026.

THIAGO REUS ROZA LOPES ESTEVEM  
DIRETOR SUPERINTENDENTE  
CPF 818.299.900-63

TAMIRA BASTOS MENDES  
DIRETORA  
CPF: 009.677.940-30

RODRIGO DA SILVA METZDORFF  
ATUÁRIO  
MIBA nº 3735

ELAINE RODRIGUES SIMÕES  
CONTADORA  
CRC/RS 055250/O-3

## Parecer dos auditores atuariais independentes

---

### Aos acionistas e administradores da Via Capitalização S/A.

**Escopo da Auditoria:** Examinamos as provisões técnicas, os demonstrativos do capital mínimo e da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado da Via Capitalização S/A (Sociedade), em 31 de dezembro de 2025, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

**Responsabilidade da Administração:** A Administração da Via Capitalização S/A é responsável pelas provisões técnicas, pelos demonstrativos do capital mínimo requerido e da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

**Responsabilidade dos atuários independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas, dos demonstrativos do capital mínimo requerido e da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Sociedade são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial. **Opinião:** Em nossa opinião, as provisões técnicas, os demonstrativos do capital mínimo e da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado da Via Capitalização S/A em 31 de dezembro de 2025 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA.

**Outros Assuntos:** No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à Susep por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes. Brasília-DF, 20 de fevereiro de 2026.

Prime Assessoria e Consultoria Atuarial Ltda - ME  
SCN Quadra 04 Bloco B Sala 702 Parte 462  
Edif. Varig – Asa Norte – 70.714-020 Brasília – DF  
CNPJ: 09.434.033/0001-14  
CIBA 152  
Havila Donnely de Sousa Ferreira  
MIBA 1226

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores da **Via Capitalização S.A.**, São Paulo - SP.

**Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da **Via Capitalização S.A. (Companhia)**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Via Capitalização S.A.**, em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

**Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião.

**Outros assuntos: Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior:** As demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram auditadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório sem modificação, datado de 27 de fevereiro de 2025.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, consistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta não estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidade da administração pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião; • A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Neste contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras; • Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria; • A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixados pelo auditor, inferiores ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo; • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2026.

**Baker Tilly 4Partners Auditores Independentes Ltda.**

CRC 2SP-031.269/O-1

**Fábio Rodrigo Muralo**

Contador CRC 1SP-212.827/O-0

**Leonardo Boiani Antoniazzi**

Contador CRC 1SP-255.559/O-5



**Via  ap**

**[www.viacap.com.br](http://www.viacap.com.br)**

**SAC: 0800 740 7819**

**WhatsApp: +55 51 99728 5987**

**Telefone: 51 3303 3851**